

Entrevistas

.....

DOI: <https://doi.org/10.34619/k7ha-5k11>

- * Universidade NOVA de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher.
alexandraalvesluis@gmail.com
- ** Universidade NOVA de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher.
anaribeiro@campus.fcsh.unl.pt



Catarina de Albuquerque

A “Embaixadora” da Água e do Saneamento

ALEXANDRA ALVES LUÍS* | ANA RIBEIRO**

O acesso a água potável segura e saneamento adequado foi declarado, em 2010, pela Organização das Nações Unidas (ONU), um direito humano universal, sendo reconhecido internacionalmente para este resultado o contributo fundamental da jurista portuguesa Catarina de Albuquerque. Os seus pares destacam a perspetiva inovadora com que tem abordado a situação de crise da água e saneamento, a capacidade para influenciar os decisores ao mais alto nível e o visível impacto que operou nesta matéria em pouco tempo. Prestes a completar 25 anos de percurso profissional (1996-2021), dá-nos a conhecer as opções que foram moldando o seu trajeto, sequência de eventos

a que acrescenta a avaliação que faz dos desafios do presente e os projetos que equaciona futuramente.

A crise pandémica impediu a conversa presencial prevista, substituída pela gravação de respostas. Contrariando o que esta solução deixava entrever, recebemos um vívido retrato da nossa entrevistada, revelador de uma enorme vitalidade e sentido de humor na cativante descrição que faz das suas circunstâncias.

Quisemos conhecer quem influenciou o percurso da Dra. Catarina de Albuquerque, com tradução em opções académicas e profissionais. Fala-nos dos bons exemplos na família, da sua orientação e apoio, mas fica também evidente uma personalidade industriosa desde a infância, quando conta como na Academia de Música de Sta. Cecília, em Lisboa, onde completou o ensino primário, replicava no recreio experiências vistas na TV e se angustiava ao pensar que “já estava tudo inventado” e nada haveria para fazer “que fosse diferente, que fosse novo”, quando fosse “crescida”.

O seu trajeto contrariou esta antevisão na resposta a contínuos desafios, pioneirismo na abordagem e soluções encontradas, particularidades onde reconhece a influência do seu entorno familiar: “Sempre vi o meu pai e a minha mãe trabalharem imenso, o exemplo que tive sempre em casa foi de trabalho”; “A minha mãe estava sempre a meter-se em coisas novas e saltava de uma para outra por gostar de desafios; ficava nervosa, mas lá fazia, e depois passava para o próximo. Eu também sou assim, sempre a inventar coisas novas para fazer... Digo à minha equipa: ‘*stay ahead of the curve*’, e acho que nos tempos que correm temos de inovar e é disso que gosto”.

Certas características, como o sentido do dever ou a metodologia de trabalho, onde impera a organização e pontualidade que pratica e exige, foram inspiradas pela avó materna, natural da Suíça: “Era muito pontual, muito regrada, muito cumpridora, e acho que ganhei esse prazer de ter regras, cumprir, planear, organizar, respeitar prazos. A minha avó ia muitas vezes à Suíça e levava-me com ela. Lembro-me de chegarmos horas antes ao aeroporto. É algo que ainda faço apesar de viajar loucuras.” A avó incutiu-lhe igualmente o gosto pelas línguas (além do francês como língua materna, falava alemão, inglês “perfeito”, português, italiano, russo e grego) e pelos temas internacionais. O avô materno representa outra influência positiva marcante: “Era muito parecido comigo, ou eu sou muito parecida com ele. Era uma pessoa com uma energia louca; era, como dizem em inglês, uma *people’s person*, muito simpática, agradável.

Podia não conhecer alguém, mas atravessava a sala para ir cumprimentar... era também muito impaciente, e eu também sou assim um bocado impaciente.”

Ocupar-se das causas que a preocupam é algo “que está no ADN da família, a que me habituei desde pequenina”: “O meu avô era advogado e no tempo da ditadura financiava a oposição no estrangeiro”; “As mulheres da minha família, nomeadamente a minha mãe e avó materna, sempre fizeram voluntariado. Ver preocupações pelas pessoas que tinham vidas mais complicadas que as nossas foi uma coisa que me marcou muito”. Sublinha a importância da cumplicidade entre mulheres para enfrentar problemas como a violência exercida contra elas, a injustiça salarial ou dificuldades na progressão de carreira, citando Madeleine Albright: “[há] um lugar especial no inferno para mulheres que não ajudam outras mulheres.”

Catarina de Albuquerque reconhece que foi boa aluna e que “adorava ir à escola”, tendo completado o ensino liceal na Escola Alemã de Lisboa, onde se sentiu “motivada”, “desafiada” “puxada” e “reconhecida”, experiência que não se repetiu na Faculdade de Direito (1988-1993), que considera que se caracterizava então pelo ensino “anónimo”. Ainda que tenha gostado de alguns Professores (Marcelo Rebelo de Sousa, Sérvulo Correia, Freitas do Amaral, Jorge Miranda) e das cadeiras que ministravam, considera que o curso, estruturado por académicos para formar académicos, “não era nada virado para gente que ia trabalhar por aí no mundo”, pelo que, no primeiro ano, pensou desistir – “Só aguentei a pastilha do curso de Direito por insistência da minha mãe” – não fora a promessa de estudar no estrangeiro, finda esta licenciatura.

Com efeito, ingressou num mestrado em Direito Internacional (1994-1996) no *Institut Universitaire de Hautes Études Internationales* (HEI), em Genebra, um destino “natural” tendo em conta as origens suíças.

Pelo que as suas “amigas de boa memória” lhe dizem, asseverava não querer ser advogada, mas sim trabalhar na ONU. A opção pelo HEI coincide com esta ideia: “Kofi Annan, anterior Secretário-geral da ONU estudou lá. Candidatei-me e entrei, sem saber muito bem o que queria fazer. Tinha apenas uma vaga ideia de querer trabalhar na área internacional e na ONU.”

Este mestrado foi um marco decisivo, não só porque Catarina se reconciliou com a vida académica após a má experiência na faculdade – como assertivamente lhe observou, anos mais tarde, a Professora Teresa Pizarro Beleza –, mas também pelos tópicos que aprofundou e pelas pessoas que conheceu, que vieram a pontuar relevantes experiências futuras: “No primeiro ano participei num concurso

internacional na área do direito internacional humanitário. Aprendi muito sobre o impacto dos conflitos armados nas pessoas... Nós até ganhámos o concurso e comecei a interessar-me muito por essa área. Fui a primeira portuguesa a participar; foi a primeira vitória da Suíça e resolvi fazer a tese de mestrado sobre o impacto das minas antipessoais nas pessoas. No segundo ano, ano em que fiz a tese, resolvi fazer um estágio. O Hei tinha um gabinete de estágios no qual abriu uma vaga para um projeto numa área de que gostava, tratava-se de um estudo sobre o efeito dos conflitos armados nas crianças, da Dra. Graça Machel, na altura enviada especial do Secretário-geral das Nações Unidas.

Devido à minha participação neste estudo, conheci a Marta Santos Pais (membro do Comité dos Direitos da Criança da ONU), uma senhora com uma grande cabeça e um grande coração que foi a minha guru profissional, por quem tenho muita estima, amizade e muitíssima admiração, alguém com quem tentei aprender o mais possível. Através da Marta, iniciei a minha carreira na área dos Direitos Humanos.”

Catarina inicia a sua carreira profissional, em 1996, em Portugal, na Procuradoria-Geral da República, no Gabinete de Documentação e Direito Comparado. Prestava assessoria ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e participava na elaboração e defesa dos relatórios a que Portugal está obrigado por força das convenções internacionais de direitos humanos: “Digo sempre aos meus alunos que, quando íamos defender Portugal na ONU, não era como num exame na faculdade onde quem chumba somos nós... Naquele exame, se nos portarmos mal, quem chumba é o país, o peso da responsabilidade é muitíssimo maior.”

Entre as “muitas coincidências e acasos” que marcam a sua vida profissional, refere a primeira negociação em que se envolveu no âmbito da definição do *Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança*, sobre a participação de crianças em conflitos armados, tema desenvolvido no HEI: “O nosso embaixador em Genève, na altura, o Embaixador Gonçalo Santa Clara Gomes, dizia-me ‘faça-se à pista’. E eu lá me fiz à pista, e foram umas negociações inesquecíveis, até que (parece mentira só ter acontecido em 2000) conseguimos que fosse proibida a participação das crianças em conflitos armados.”

Em 2003, a convite do Governo, torna-se a candidata portuguesa à presidência do processo negocial de um novo tratado: “Há uma frase que diz: ‘Se os teus sonhos não te põem nervosa, é porque não são suficientemente grandes’; e isto punha-me nervosíssima, ansiosíssima por poder não estar à altura da tarefa, não ser capaz.” Contudo, foi um processo coroado de êxito porque,

inicialmente, “tinha 80% dos Estados contra”; acabou por ser aprovado, sem votação, por consenso, e o resultado foi alcançado em cinco anos em vez dos previsíveis dez. E teve um carácter pioneiro: “Este tratado internacional permite a pessoas como nós apresentar queixas junto da ONU contra os nossos países respetivos, em casos de violações de direitos económicos, sociais e culturais, coisa que não existia.”

Este desempenho chama a atenção de embaixadores estrangeiros que a desafiam para ser a candidata da iniciativa de criar um/a relator/a especial para o novo direito humano à água, convite que atribui à confiança que inspirou: “É estranho estar a dizer isto de mim... por ter conseguido fazer bem uma coisa nova.” Desafio que foi aconselhada a não aceitar: “Amigos meus na ONU disseram-me para não me candidatar, porque era um mandato novo, não ia ter dinheiro, era um direito ainda não reconhecido, ia ser complicado. Pensei: é mesmo por estas razões que me vou candidatar. E foi o que fiz.”

Tornou-se a primeira relatora especial da ONU para o direito a água potável e também saneamento, sobre o qual não havia trabalho realizado e a que dedicou o primeiro relatório do seu mandato: “Como gosto de patinhos feios, pensei: preciso fazer mais trabalho na área do saneamento para que depois os Estados-Membros não me venham dizer que apenas reconhecem o direito à água.”

Catarina narra com entusiasmo a experiência de visitar 15 países: “Ser relatora é falar em nome dos que não têm voz, chamar a atenção dos Governos, que são quem tem responsabilidade jurídica pela realização de direitos, para que façam o que têm de fazer. Foi uma experiência única; foi fantástica, maravilhosa e foi um privilégio. Numa parte da missão encontrava-me com ministros, mas depois tinha uma parte em que ninguém do Governo podia vir comigo e em que me encontrava com a sociedade civil; ia visitar bairros de lata, imigrantes irregulares, visitei prisões. Recordo-me, na Jordânia, íamos de carro, parámos num bairro e começámos a bater às portas. O intérprete disse quem eu era e as pessoas convidavam-me para sua casa, para almoçar. Era até comvente, serviam chá, enquanto falavam dos problemas que tinham de acesso à água e saneamento. Aprende-se muito, e a pessoa fica revoltada e triste com as desigualdades, com o facto de haver em todos os países, ricos ou pobres, segmentos da população sistematicamente postos de lado, deliberadamente excluídos, que não têm condições dignas de vida.”

Catarina esclarece porque a reflexão da comunidade internacional sobre a crise da água e saneamento, nomeadamente em Conferências Mundiais,

surge muito associada às mulheres: “Um trabalho importante que mulheres e raparigas fazem é ir buscar água, e não é valorizado porque não é remunerado, como reflete Melinda Gates no livro *The Moment of Lift*. São horas por dia a andar até uma fonte de água, e têm de fazer isto várias vezes, porque um balde não chega para matar a sede, nem para os cuidados de higiene que uma família necessita. Se vivem numa aldeia sem casa de banho, não podem ir a um canto fazer um chichi de pé como os homens. Esperam pelo entardecer para, fora da aldeia, fazerem as suas necessidades; vão pé ante pé, sujeitando-se a mais picadas de cobra, para que os homens não deem pela sua saída, porque são muitas vezes vítimas de violência física e sexual.”

Em 2010, é reconhecido o direito humano à água e saneamento (Resolução A/RES/64/292 adotada pela Assembleia-Geral da ONU a 28 de julho), reconhecimento tardio que Catarina explica: “As negociações da Declaração Universal dos Direitos Humanos foram feitas entre pessoas privilegiadas; a falta de água não era tema, não era algo que assolasse as suas consciências. Só mais tarde, com os processos de descolonização, quando começámos a ter à volta da mesa países que sofriam na primeira pessoa do singular com problemas de falta de água, saneamento e higiene, com as mortes que estes problemas trazem, atrasos no desenvolvimento, perdas no PIB, o tema começou a ser discutido.” Garantir os direitos *de facto* exige esforço continuado e conjunto, como sublinha, pelo que também conseguiu a referência do direito à água e saneamento na *Agenda 2030*: “O meu trabalho é instigar, espicaçar, fazer com que as pessoas passem a ter consciência destes temas e se sintam empoderadas para lutar por estes direitos. Não é o trabalho de uma só pessoa... quem conseguiu a aprovação da *Agenda 2030*, da resolução 64/292, foram os Estados, as associações da sociedade civil que fizeram pressão.”

Em 2014, recebe o convite para se candidatar ao cargo de diretora-executiva da parceria internacional *Sanitation and Water for All* (SWA), já que “queriam dar um impulso à parceria, constituída por 300 parceiros, 80 Governos, sociedade civil, setor privado, agências da ONU, instituições académicas”. Em 2018, foi eleita (a primeira) presidente executiva (CEO), selecionada entre 200 candidatas/os, após a reestruturação organizacional da instituição: “Percebeu-se que fazer o trabalho político sem ser a superior hierárquica não funcionava com todas as pessoas. Passei a ser superior hierárquica do pessoal e funcionária da ONU, enquanto na primeira fase não era.”

A sua equipa está espalhada pelo mundo inteiro – “quadruplicou desde que cheguei, continuamos a contratar e três ficarão em Portugal”. Uma *semana típica de trabalho*, antes da pandemia, implicava realizar muitas viagens para “atrair visibilidade global para o setor, sensibilizar a nível internacional para colocar pressão a nível nacional”, reunir-se com parceiros nacionais, doadores, entidades privadas, a nível da UE, do Banco Mundial e de Governos: “Na semana antes do confinamento estive no Mali, em Londres, numa reunião com o presidente da Câmara de Maputo, o Príncipe Carlos e o Príncipe Alberto do Mónaco.”

Por ser “otimista, persistente, e acreditar”, identificou na pandemia uma oportunidade: “Há muito por fazer, temos mais de dois mil milhões de pessoas sem acesso à água e quatro mil milhões sem saneamento, o que no contexto do COVID-19 me parece assustador. Mas, no início da crise, quando se começou a falar da necessidade de lavar as mãos com água e sabão, que é a primeira linha de defesa contra o vírus, pensei que tínhamos os nossos *quinze minutos de fama*. No entanto, quando falo com ministros do setor dos países nossos parceiros, reportam-me que não fazem parte dos grupos de trabalho dominados pelas áreas da saúde, finanças e trabalho... apesar de entender que é necessário tratar quem está doente, temos de focar a prevenção”; “A SWA realizou uma *call to action* a nível internacional que foi assinada por chefes de Estado, chefes de agências da ONU, 85 CEO (por exemplo, da Unilever, da fundação H&M e da Hilton), para dar prioridade à água e saneamento”.

Uma carreira extraordinária tem-lhe granjeado condecorações: “Obviamente não trabalho para prémios, mas porque existem coisas que me irritam, que têm de ser feitas, luto por elas, fico obcecada, sou teimosa e acredito que vou lá chegar. Mas por vezes pergunto-me se estou a ir no sentido correto. O reconhecimento nacional e internacional faz-me crer que sim... algo estarei a fazer bem. Os prémios dão-me conforto e acho importante... se calhar ver uma mulher a receber prémios inspira raparigas, dá-lhes confiança... [fá-las acreditar] que sim, é possível.”

No final, pedimos que revelasse o que lhe falta fazer: “Nunca trabalhei em política a nível nacional, não sei se gostaria, mas por vezes penso nisso. Gosto da parte mais diplomática dentro da ONU, as delegações permanentes, em Nova Iorque ou em Genève, da área das desigualdades, da pobreza, da exclusão. Considero que sou boa a fazer pontes, a aproximar países.”

Desejamos o maior sucesso para os seus desafios imediatos e futuros.